EESC info
European Economic and Social Committee
A bridge between Europe and organised civil society

September 2022 | PT

A perspetiva dos cidadãos – 3.ª Temporada, episódio 20 – A crise energética

Um em quatro agregados familiares na União Europeia não tem meios financeiros suficientes para aquecer, arrefecer ou iluminar devidamente a sua casa. O que significa isto para os cidadãos europeus e, em especial, para os que dispõem de menos recursos? Este episódio d'«A perspetiva dos cidadãos» analisa o impacto da crise energética na nossa vida quotidiana. Com **Elena Mastantuono** (CESE), **Sonja Van Renssen** (Energy Monitor), **Sabrina Iannazzone** (Rede Europeia Antipobreza) e **Thomas Dorget** (Confrontations Europe). (tk)

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI

EDITORIAL



Editorial

Tudo começa pela energia

Caras leitoras, caros leitores,

A guerra na Ucrânia e a pandemia de COVID-19 provocaram uma agitação socioeconómica significativa em toda a Europa e no mundo. Quase sete meses após o início da guerra, o receio do aumento dos preços da energia e da insegurança energética, juntamente com a volatilidade dos preços dos alimentos e a inflação mundial, estão a pôr em risco a vida e o bem-estar das pessoas em todo o mundo. Assim, a situação na Ucrânia, com as suas consequências a longo prazo em matéria de aumento dos preços da energia, será um dos temas dominantes do trabalho do Comité Económico e Social Europeu nos próximos meses.

No seu contributo para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023, o Comité salientou a crise energética, agravada pela dependência da UE em relação ao gás da Rússia, e realçou a necessidade de limitar o mais possível a sua exposição a fornecedores pouco fiáveis e de diversificar as suas fontes de energia.

Para além das dificuldades no abastecimento e da obrigação dos Estados-Membros de garantir energia às famílias e às empresas, existe um outro desafio que consiste em manter o rumo da neutralidade climática até 2050 e suprir outras necessidades a longo prazo da UE. Simultaneamente, as políticas da UE devem proporcionar benefícios económicos, sociais e ambientais. A concretização deste «triângulo mágico» permitiria às nossas sociedades superar as crises, respeitando os limites do planeta e não deixando ninguém para trás.

São necessárias medidas que melhorem o diálogo civil, tal como salientado nas propostas resultantes da Conferência sobre o Futuro da Europa, para responder de forma séria às exigências dos cidadãos. O CESE está preparado para desempenhar o seu papel e dar o devido seguimento aos resultados da Conferência, devendo desempenhar um papel de relevo no caso de ser organizada uma Convenção. Prosseguiremos este trabalho no segundo semestre de 2022.

Espero que a pausa de verão tenha trazido a todos, pelo menos, alguma paz de espírito e a energia renovada de que todos necessitamos para enfrentar os desafios que se avizinham.

Christa Schweng

Presidente do CESE

AGENDA

21 e 22 de setembro de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

26 de setembro de 2022, Bruxelas

Conferência Anual sobre os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito – Aplicação das recomendações do relatório sobre o Estado de direito

20 e 21 de outubro de 2022, Bruxelas

Sétima reunião do Fórum Europeu sobre Migração

DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», os membros do CESE partilham os seus pontos de vista sobre temas importantes da agenda europeia. Nesta edição, colocámos a **Judith Vorbach**, membro do CESE (relatora do Parecer de iniciativa – Taxonomia social – Desafios e oportunidades, a apresentar na reunião plenária de setembro), a seguinte pergunta: A nível europeu, quais são as vias de ação e os desafios associados à aplicação de uma taxonomia social durante as

negociações para a taxonomia ecológica?



JUDITH VORBACH: UMA TAXONOMIA SOCIAL PARA UM INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

A taxonomia da UE tem como objetivo orientar os investimentos para a sustentabilidade, proporcionando um sistema de classificação transparente para os investidores e as empresas. Atualmente, o Regulamento Taxonomia da UE e os seus atos de execução centram-se em objetivos climáticos e ambientais, complementados por salvaguardas sociais mínimas. O CESE acolhe favoravelmente os objetivos ecológicos, mas apela para um conceito de sustentabilidade holístico, que integre a sustentabilidade ambiental e social na taxonomia.

As salvaguardas sociais mínimas são úteis, mas não são suficientes para garantir a sustentabilidade social no que toca aos trabalhadores, aos consumidores e às comunidades. A taxonomia social prevista ganhará importância se fizer parte de uma política global orientada para a sustentabilidade social, o que também implica utilizar a despesa pública para financiar o bem-estar social e reconhecer a importância do investimento público.

O CESE insta a Comissão a publicar o relatório em atraso que descreve as disposições necessárias para alargar o âmbito da taxonomia a «[o]utros objetivos de sustentabilidade, tal como os objetivos sociais», conforme solicitado no Regulamento Taxonomia. O CESE chama a atenção para o trabalho preparatório exaustivo realizado pela Plataforma para o Financiamento Sustentável e recomenda o cumprimento dos objetivos propostos em matéria de trabalho digno, níveis de vida adequados e comunidades inclusivas, refletidos numa abordagem a vários níveis. Além disso, a futura Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas complementaria uma taxonomia social passível de ser utilizada como base de referência para a avaliação das atividades. O CESE recomenda que se comece por critérios simples, prevendo procedimentos fáceis e transparentes. O objetivo deve ser uma integração estreita das taxonomias social e ecológica, embora possa ser prático, enquanto etapa inicial, definir salvaguardas mínimas mútuas.

A procura crescente de investimentos orientados para a dimensão social deve ser apoiada através da definição de uma taxonomia fiável que aumente a visibilidade das empresas que contribuem para a sustentabilidade social. Uma taxonomia social bem concebida contribuiria significativamente para combater o problema das medidas sociais de fachada, em que uma organização faz alegações enganosas sobre a responsabilidade social dos seus produtos ou serviços. A taxonomia social deve constituir um padrão de excelência que espelhe um nível de ambição mais elevado do que o previsto na legislação. Em especial, deve fazer referência ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o ODS 8, relativo ao trabalho digno. É importante assegurar a plena participação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil na conceção da taxonomia e proporcionar-lhes mecanismos de reclamações. Tal como acontece com a taxonomia ecológica, a definição dos elementos a

incluir na taxonomia social gerará polémica. Por isso mesmo, o processo de definição deve ser objeto de um processo de decisão democrático. O êxito da taxonomia depende da sua credibilidade, e as suas atividades têm de satisfazer uma definição de sustentabilidade amplamente aceite.



IMAGINAR A UCRÂNIA...

Na coluna «Imaginar a Ucrânia», publicamos fotografias que ilustram a guerra na Ucrânia e as suas consequências. Muitas vezes, são jornalistas que nos trazem estes testemunhos, pois vão onde nós não podemos ir e registam os vestígios, evitando que caiam no esquecimento.

Esta fotografia foi tirada por **Olga Chaiko**, jornalista ucraniana para o programa noticioso Fakty em Kiev, que comentou o seguinte: «Esta é uma imagem do aeroporto de Hostomel, onde os sabotadores russos aterraram, e dos destroços do pavilhão onde se encontrava o lendário avião Mriya, o maior avião de carga do mundo. Os russos destruíram este avião, assim como o Ruslan, também um dos maiores aviões do mundo. **Viktor Zelenkov**, operador de câmara do programa televisivo Fakty, esteve lá para capturar a imagem e não deixar esquecer o acontecimento.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão da atualidade que é particularmente importante na agenda europeia. Na edição de setembro, falámos com **Lutz Ribbe**, membro do CESE e presidente do Observatório do Desenvolvimento Sustentável, sobre a crise energética e as energias renováveis. *CESE Info*: Face à crise energética, de que modo podem as energias renováveis responder aos desafios das tendências de retorno ao carvão e à reconversão nuclear ou retardar a concretização das metas do Pacto Ecológico?



Lutz Ribbe: Crises energéticas e energias renováveis

Em fevereiro de 2015, a Comissão Europeia publicou o seu pacote União da Energia, «uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro», que apresentava muitas propostas positivas e fazia inúmeras promessas, nomeadamente de reduzir drasticamente a dependência das importações, expandir de forma constante as energias renováveis e tornar a Europa o líder mundial no domínio das energias renováveis. Também se assegurava que os cidadãos ocupariam o lugar central nesta política.

Se tivéssemos trabalhado de forma coerente para executar estas propostas, não estaríamos agora a braços com uma crise tão profunda. No entanto, os Estados-Membros pareciam estar satisfeitos com as suas antigas políticas: a Alemanha deixou-se ofuscar pelos preços baixos dos combustíveis fósseis de Putin, declarando mesmo que a expansão das energias renováveis era «demasiado rápida». A produção destas energias foi restringida, o que levou a um verdadeiro colapso no setor eólico, com a perda de cerca de 40 000 postos de trabalho. A Polónia não está a conseguir organizar-se de modo a abandonar o carvão e a França continua a sonhar com os alegados benefícios da indústria nuclear. Porém, a realidade afigura-se um pouco mais negativa, uma vez que, por força das alterações climáticas, foi necessário retirar da rede mais de metade dos reatores em França devido a problemas técnicos e à escassez de água de refrigeração. A dependência da UE em relação às importações de energia nunca foi tão elevada como em 2021 e as suas despesas em investigação e desenvolvimento no âmbito das tecnologias respeitadoras do clima situam-se no espetro inferior a nível mundial.

Existem apenas duas opções realistas para resolver o nosso problema atual com a energia e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas: a realização de poupanças de forma muito mais coerente e uma verdadeira expansão em grande escala das energias renováveis. Há um enorme potencial para concretizar ambas. Um aspeto positivo é que os nossos recursos internos de energia eólica e solar fornecem eletricidade muito mais barata do que as centrais nucleares e as centrais de combustíveis fósseis que (atualmente) ainda recebem subvenções elevadas.

Por conseguinte, impõe-se a construção de um grande número de novas estruturas de produção descentralizadas, mas também a participação de novos intervenientes, que deverão constituir a espinha dorsal da transição energética. A transição energética só se concretizará com a aceitação da sociedade e, para tal, é necessária a participação das pessoas. A título de exemplo, 90% das centrais elétricas ecológicas na Alemanha pertencem a cidadãos privados, agricultores, cooperativas, PME e serviços públicos municipais, e não a grandes empresas de serviços públicos de energia. Todavia, não se vislumbra qualquer estratégia para apoiar verdadeiramente a participação da sociedade civil, com vista a aumentar o potencial de produção e utilização da energia descentralizada em prol do emprego e assegurar a apropriação e a participação dos cidadãos na transição energética promovendo os prossumidores e a produção de energia pelos cidadãos. Já estamos a pagar caro e continuaremos a pagar caro nos próximos meses. Infelizmente, o nosso clima também pagará caro.

Lutz Ribbe, presidente do Observatório do Desenvolvimento Sustentável e membro do CESE

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Na rubrica «O convidado surpresa» publicam-se pontos de vista e opiniões de pessoas cujas atitudes, ações e compromissos são modelos para outros. Nesta edição, publicamos um artigo de Olga Vegera e Vasyl Kushmuns – membros da ONG «Promote Ukraine» – sobre as suas atividades enquanto organização não governamental, sediada em Bruxelas, que trabalha em prol de uma Ucrânia livre.

A «Promote Ukraine» é uma plataforma independente de meios de comunicação social e da sociedade civil que dá voz a peritos da Ucrânia e da UE sobre assuntos relevantes para ambas as partes. Trata-se de uma organização independente do ponto de vista político e governamental, sediada em Bruxelas, que visa capacitar os ucranianos para assumirem o papel de cidadãos europeus livres. A equipa tem como objetivo reforçar a visibilidade da Ucrânia na UE, promovendo simultaneamente o país nos círculos políticos, empresariais e não governamentais em países europeus.

A principal tarefa da ONG é facilitar as relações entre os Estados-Membros da UE e a Ucrânia. O objetivo a longo prazo da «Promote Ukraine» é criar uma rede intitulada «Successful Ukraine – Prosperous Ukraine»: uma rede de pessoas prontas a utilizar as suas competências e a dedicar tempo em prol da Ucrânia. Participam na organização cerca de 150 voluntários de muitas nacionalidades. A maioria são ucranianos, mas contam-se também espanhóis, italianos, belgas, franceses, canadianos e americanos.

A fim de traduzir a solidariedade com a Ucrânia em ações concretas, o CESE aderiu, em abril de 2022, à iniciativa do Parlamento Europeu de criar uma plataforma da sociedade civil para a Ucrânia, permitindo que a «Promote Ukraine» utilize parte do equipamento e das instalações do Comité, situados na Rue Belliard 68 e na Rue de Treves 74, no bairro europeu em Bruxelas, e prestando também apoio administrativo e logístico à coordenação as atividades da sociedade civil ucraniana. Desta forma, o CESE colocou à disposição da «Promote Ukraine» um local seguro no coração da Europa. (ehp)



Olga Vegera e Vasyl Kushmuns: «Promote Ukraine» é a voz da sociedade civil ucraniana na Europa

Até que ponto é a Ucrânia europeia? Por que foi atacada? Necessita de reformas? Onde e como se vê no futuro? São estas as perguntas a que a nossa ONG «Promote Ukraine», criada em 2014, procura dar resposta.

Nunca estas perguntas foram tão pertinentes como atualmente. Mas agora a resposta é muito mais óbvia. Juntamente com os colegas da sociedade civil, a nossa equipa de mais de 150 voluntários trabalha incansavelmente, tanto para amplificar a mensagem sobre a Ucrânia – que enfrenta dificuldades indizíveis na sua trajetória rumo à Europa – como para mostrar a forma como a UE e os seus Estados-Membros estão solidários com a Ucrânia. Assim, vemos o nosso trabalho de intervenção junto da sociedade civil e dos meios de comunicação social como uma ponte para aproximar mais a UE da Ucrânia.

Para alcançar este objetivo criámos 10 grupos de trabalho. Os progressos e os resultados são comunicados no sítio Web, no boletim e no *podcast* da nossa ONG. Para reforçar as nossas parcerias, criámos um serviço de assistência internacional gratuito destinado a organizações, empresas e grupos de iniciativa que oferecem ou procuram ajuda na Ucrânia. A nossa equipa em Bruxelas leva a cabo as suas atividades em três locais diferentes: o espaço nas instalações do CESE disponibilizado pela sua presidente, o espaço no edifício da Estação Europa disponibilizado pela presidente do PE, que criam em conjunto uma «plataforma da sociedade civil ucraniana», e um centro cultural.

Ao longo destes seis meses de guerra,

- realizámos mais de 50 reuniões com representantes de vários países europeus e asiáticos, de instituições europeias e da NATO, defendendo o encerramento do espaço aéreo ucraniano, a aplicação de sanções contra a Rússia, o fornecimento de armas à Ucrânia, a concessão à Ucrânia do estatuto de país candidato à UE, o desbloqueio dos portos do mar Negro para retomar a exportação de géneros alimentícios, etc.,
- organizámos mais de 55 manifestações em frente ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia, ao Conselho Europeu, à NATO e às representações da Rússia e de alguns Estados-Membros da UE, a maior das quais contou com a participação de 8 000 pessoas, bem como boicotes semanais à petrolífera Lukoil,
- enviámos ajuda humanitária no valor de mais de 170 000 euros a pedido de unidades militares, incluindo ambulâncias, veículos para evacuar os feridos, equipamento de proteção individual, dispositivos de comunicação e bolsas individuais de primeiros socorros,
- gerimos, em Bruxelas, dois armazéns para fornecer alimentos, produtos de higiene e vestuário a pessoas temporariamente deslocadas da Ucrânia, prestando ajuda a mais de 1 000 pessoas por semana,
- prestámos assistência aos refugiados, sob a forma de apoio psicológico e administrativo, feiras de emprego, distribuição de computadores e bicicletas, terapia da dança, aulas de pintura, etc.,
- angariámos fundos para as Forças Armadas ucranianas através da campanha #UkraineNeedsYou.

Na «Promote Ukraine» dependemos do apoio incansável da UE, pelo qual estamos gratos, e tencionamos prosseguir o caminho rumo não só à vitória da Ucrânia, mas também à sua adesão à UE.

Fiéis aos nossos valores, continuamos a «Promover, Ligar e Partilhar». Junte-se a nós!

Membros da ONG «Promote Ukraine»:

Marta Barandiy, presidente fundadora da «Promote Ukraine»
Maryna Yaroshevych, Ucrânia
Olga Vegera, Ucrânia
Liza Bezvershenko, Ucrânia
Lyuba Karpachova, Ucrânia
Vasyl Kushmuns, Ucrânia
Oksana Terletska, Ucrânia
José Aynat, Espanha
Yuliia Chervona, Ucrânia
Iryna Nohai, Ucrânia
Pieter Goossens, Bélgica
Kateryna Polyakova, Ucrânia

Oksana Bulda, Ucrânia
Olena Kuzhym, Ucrânia
Olga Gusarova, Ucrânia
Anna Melenchuk, Ucrânia
Andrea Castagna, Itália
Natalia Maksymenko, Ucrânia
Lesya Magas, Ucrânia
Ivanna Malchevska, Ucrânia
Artem Shostak, Ucrânia
Filip Haugland, Suécia

Os nossos sítios Web:
https://www.promoteukraine.org/
https://www.ukrainianhub.eu/

NOTÍCIAS DO CESE



A sociedade civil organizada da Europa não desistirá da Ucrânia

Em 19 de julho, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizou em Cracóvia uma conferência de alto nível sobre a ajuda e reconstrução da Ucrânia, na qual se comprometeu a dar o seu total apoio em todas as frentes a um país devastado pela guerra.

Tendo em conta que começa a surgir alguma fadiga da guerra e que a solidariedade parece perder força, à medida que a Europa se prepara para o inverno mais difícil das últimas décadas, a sociedade civil europeia permanece empenhada em ajudar a Ucrânia no seu caminho de recuperação e de uma «melhor reconstrução», em consonância com os valores europeus fundamentais.

Na sua conferência, o CESE salientou que continuará a defender que a UE se mantenha solidária com a Ucrânia. Comprometeu-se a trabalhar em estreita colaboração com a sociedade civil, os parceiros sociais e as autoridades da Ucrânia para ajudar o país no longo e exigente processo de adesão, com o objetivo final da plena adesão à UE.

A abertura da conferência ficou a cargo da presidente do CESE, **Christa Schweng**, e do vice-presidente do município de Cracóvia, **Andrzej Kulig**.

Christa Schweng enalteceu o «apoio concreto à Ucrânia» demonstrado desde o início da guerra pela sociedade civil de todos os Estados-Membros, em especial na Polónia. O CESE optou por realizar a conferência em Cracóvia para «prestar homenagem a esta solidariedade encorajadora, bem como para demonstrar que estamos próximos das pessoas que trabalham diariamente no terreno».

A conferência reuniu funcionários de alto nível da UE, da Polónia e da Ucrânia, a par de representantes de organizações da sociedade civil, incluindo sindicatos e associações patronais, tanto da UE como da Ucrânia.

O objetivo era debater os esforços envidados até ao momento a nível local para ajudar diretamente as pessoas necessitadas no terreno, incluindo os refugiados, as pessoas deslocadas internamente e as pessoas que ainda não abandonaram a Ucrânia, apesar do brutal ataque da Rússia contra o seu país.

A conferência também analisou formas de ajudar diretamente a economia ucraniana a fazer face aos efeitos devastadores da guerra, tendo em conta as projeções sombrias que apontam para uma diminuição do PIB em cerca de 45% em 2022. A única solução é um novo Plano Marshall para ajudar a reconstruir o país do zero, de uma forma ecológica e sustentável, também em consonância com os direitos laborais e sociais europeus.

Os oradores no painel introdutório de alto nível alertaram para a necessidade de evitar a fadiga da guerra e o abrandamento da ajuda à Ucrânia. Salientaram o papel fundamental do apoio da UE e dos Estados-Membros para manter a Ucrânia na agenda europeia.

Vitaly Portnikov, jornalista, comentador político e criador de opinião ucraniano, salientou a necessidade de um jornalismo objetivo e independente na Ucrânia: «É tão importante ter este tipo de jornalismo como ter um Governo e forças armadas ucranianas. Para isso, precisamos do apoio da UE e de programas internacionais. Sem liberdade de expressão, sem uma informação de elevada qualidade e sem recursos, teremos uma situação perigosa.»

A conferência contou com três painéis, que debateram vários aspetos da ajuda à Ucrânia. O primeiro debate apresentou uma panorâmica do trabalho realizado até ao momento pelas organizações da sociedade civil que prestam apoio imediato aos refugiados aquando da sua chegada e os ajudam na sua integração.

O segundo painel centrou-se nas pessoas deslocadas e no contributo da sociedade civil ucraniana para garantir que o seu país continua a funcionar num período de crise. O último painel analisou a forma como a sociedade civil da UE pode ajudar e apoiar a recuperação da Ucrânia em conformidade com os valores e as normas da UE, como o Estado de direito, a democracia e a transparência, em especial na perspetiva de um país candidato à adesão à UE.

Para mais informações sobre a conferência, consultar a nossa página Web específica. (ll)



Prémios europeus da produção biológica 2022: CESE anuncia os seus finalistas

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) tem a honra de anunciar os finalistas, por categoria, dos primeiros prémios europeus da produção biológica, organizados conjuntamente com a Comissão Europeia e outros parceiros para recompensar a excelência na cadeia de valor biológica europeia. Os vencedores de cada categoria serão anunciados no dia 23 de setembro, Dia Biológico da UE, numa cerimónia especial, com a participação de Janusz Wojciechowski, comissário da UE responsável pela Agricultura.

Várias iniciativas inspiradoras no terreno mostram que a transição para a produção biológica começa a ganhar força em toda a Europa. A primeira fase do processo de avaliação encontra-se agora concluída e, após a análise detalhada de todas as candidaturas, os finalistas das três categorias seguintes são:

- Melhor Pequena e Média Empresa no setor da transformação de produtos biológicos:

Gino Girolomoni Cooperativa Agricola – Isola del Piano, Província de Pesaro e Urbino, Itália
Goodvenience.bio GmbH – Magdala, Turíngia, Alemanha
Labonca Biohof GmbH – Burgau, Estíria, Áustria

- Melhor Loja de Produtos Alimentares Bio:

Ecoveritas SA – Barcelona, Espanha
La ferme à l'arbre de Liège – Lantin, Liège, Bélgica
BIO MERCATO, seiVital GmbH – Kempten, Bavária, Alemanha

- Melhor Restaurante Bio:

Trattino – Lyon, França
Lilla Bjers HB – Visby, ilha de Gotland, Suécia
Luftburg – Kolarik im Prater – Viena, Áustria

Para mais informações sobre os candidatos, os critérios de seleção e os prémios em geral, consulte o sítio Web dos prémios europeus da produção biológica e o sítio Web do CESE.



Presidência checa da UE repensará, reconstruirá e revitalizará a Europa

«A Europa como missão: repensar, reconstruir, revitalizar». Este é o lema oficial da Presidência checa do Conselho da União Europeia, iniciada em 1 de julho de 2022 e cujos eixos principais

são a gestão das consequências da guerra na Ucrânia, a redução da dependência energética da Europa e o reforço da autonomia estratégica da UE no futuro.

No debate realizado na reunião plenária do CESE, em 13 de julho de 2022, **Jan Lipavský**, ministro checo dos Negócios Estrangeiros, apresentou as prioridades da Presidência checa da UE a **Christa Schweng**, presidente do CESE, e aos demais membros do Comité presentes.

«O contexto económico e geopolítico sensível alterou, em parte, as prioridades, e a guerra na Ucrânia, bem como o seu impacto na Europa, orientarão a Presidência checa ao longo do seu mandato», assinalou. «A guerra chegou às portas da União Europeia, pelo que a nossa tarefa principal nos próximos tempos será criar um consenso sólido e forte sobre medidas para atenuar, tanto quanto possível, o impacto negativo dos acontecimentos nos nossos cidadãos.»

Inspirado na visão do governante checo Václav Havel apresentada num discurso há 26 anos, o lema é uma mensagem forte que encapsula os cinco pilares da Presidência checa da UE:

1. a gestão da crise dos refugiados e a reconstrução da Ucrânia no pós-guerra;
2. o reforço da segurança energética da UE;
3. o reforço das capacidades de defesa e da segurança do ciberespaço na Europa;
4. o reforço da resiliência estratégica da economia europeia;
5. a proteção das instituições democráticas e dos valores da UE.

Christa Schweng observou que as prioridades da Presidência checa da UE coincidem com as do CESE e de toda a Europa, acrescentando ainda que «a República Checa assume a presidência rotativa do Conselho num período em que a União Europeia ainda está a convalescer dos efeitos da pandemia e a enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia. Faremos tudo ao nosso alcance para assegurar que o Comité dá um contributo forte para as atividades da Presidência checa». (mp)



Presidentes do CESE e do CR debatem desafios comuns para o futuro da Europa

Na reunião plenária de julho do Comité Económico e Social Europeu (CESE), a sua presidente, Christa Schweng, e o presidente recentemente eleito do Comité das Regiões Europeu (CR), Vasco Alves Cordeiro, debateram novas perspetivas de ação conjunta e de cooperação entre os dois comités.

Na abertura do debate, **Christa Schweng**, presidente do CESE, observou que ambos os Comités sempre defenderam e contribuíram valorosamente para o projeto europeu. «Neste momento crítico, em que a Europa se confronta com desafios em todas as frentes, é mais importante do que nunca unir forças e aproximar a Europa dos seus cidadãos», afirmou.

Vasco Alves Cordeiro concordou com a importância política do trabalho conjunto do CESE e do CR, especialmente nestes tempos conturbados para a UE. «Desde o planeamento da recuperação pós-pandemia até ao reforço da democracia europeia, passando pela guerra na Ucrânia e suas consequências sociais e económicas e pela defesa da política de coesão, os nossos dois comités têm um interesse e uma responsabilidade comuns na construção de uma comunicação clara e no progresso da União Europeia», afirmou.

Os dois objetivos principais do presidente recentemente eleito do CR são uma Europa mais forte e mais justa para todos e uma política de coesão mais forte no futuro, que o CESE subscreve e apoia. Uma Europa mais forte do ponto de vista democrático é uma União com valores fortes e princípios fundamentais, como a liberdade, o respeito pela dignidade humana, o Estado de direito e a democracia, e uma Europa mais justa, que lute pela igualdade de género e por uma sociedade integradora. A segunda prioridade, a política de coesão, desempenha um papel fundamental no reforço da coesão económica, social e territorial na União Europeia. Vasco Alves Cordeiro afirmou que o CR defenderia firmemente a política de coesão tendo em vista a futura batalha pelo orçamento da UE para o período após 2027.

Christa Schweng salientou a importância da participação dos cidadãos no processo de decisão da UE, que «é uma questão sobre a qual devemos trabalhar em conjunto», e observou que, no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa, é possível pôr em prática esta cooperação mais estreita. «A Conferência representa uma excelente oportunidade, mas também uma enorme responsabilidade em relação aos cidadãos», afirmou **Christa Schweng**. «Devemos ser claros quanto à capacitação dos cidadãos para participarem», acrescentou **Vasco Alves Cordeiro**.

No debate que se seguiu, **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, afirmou: «No CESE, partilhamos com os nossos colegas do Comité das Regiões um objetivo comum, a saber, assegurar que as pessoas que representamos têm acesso aos serviços públicos de que necessitam. Trabalhando de forma unida, podemos ser uma voz poderosa na expressão das necessidades das pessoas que são frequentemente esquecidas devido à pobreza ou à exclusão.»

O presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, **Stefano Mallia**, sublinhou o papel da política de coesão para estimular o crescimento e a prosperidade, bem como a necessidade de criar um ambiente económico em que as empresas inovadoras de todas as dimensões possam prosperar. Segundo Stefano Mallia, uma Europa mais forte significa economias fortes, um mercado único resistente e melhores condições para enfrentar novos desafios.

O presidente do Grupo dos Trabalhadores, **Oliver Röpke**, congratulou-se com o forte empenho do presidente recentemente eleito do CR numa Europa mais forte e mais justa para todos e numa democracia reforçada. Salientou também o papel complementar de ambos os Comités. Referiu a cooperação com o CR na implantação dos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa e afirmou que ambos os comités procurariam aumentar a participação dos cidadãos.

Os presidentes de ambos os Comités sublinharam o seu empenho em cooperar para criar uma Europa mais justa e mais forte e fazer ouvir a voz daqueles que trabalham ativamente no terreno. (ab)



Chegou o momento de os Balcãs Ocidentais investirem nos jovens

Para garantir um futuro mais próspero para os seus cidadãos, os governos dos Balcãs Ocidentais devem resolver os problemas com que se confrontam os seus jovens, que são a chave desse futuro. É indispensável dispor de dotações orçamentais suficientes e transparentes para o desenvolvimento de políticas da juventude e associar os jovens ao processo de adesão à UE a fim de promover mudanças positivas e melhorar a situação dos jovens na região.

Ionuţ Sibian, membro do CESE e relator do Parecer – Política para a juventude nos Balcãs Ocidentais, no âmbito da Agenda de Inovação para os Balcãs Ocidentais, destacou o papel das instituições da UE: «As instituições da UE devem prestar mais apoio aos Balcãs Ocidentais para reforçar a participação dos jovens. Importa aplicar a Garantia para a Juventude nos Balcãs Ocidentais em parceria com os respetivos prestadores e as partes interessadas pertinentes.»

Andrej Zorko, membro do CESE e correlator do parecer, insta os seis parceiros dos Balcãs Ocidentais a alinharem as suas políticas com os documentos essenciais da UE sobre políticas da juventude e a investirem mais em políticas da juventude, com base em dados concretos, para fazer face aos desafios de desenvolvimento da juventude.

Transformar os Balcãs Ocidentais numa região com perspetivas de futuro

O nível elevado de migração juvenil nos Balcãs Ocidentais, um problema de longa data, deve-se sobretudo à impossibilidade de os jovens acederem a uma educação de qualidade e às oportunidades de carreira limitadas.

Cumpre não só reformar com urgência os sistemas e os currículos educativos atuais, mas também encorajar e promover as capacidades de empreendedorismo dos jovens e reforçar a infraestrutura social da região.

A Comissão, na sua Agenda de Inovação para os Balcãs Ocidentais, contempla também os jovens e, por conseguinte, incentiva os governos dos Balcãs Ocidentais a consolidarem o seu quadro estratégico para a juventude e a aplicarem as reformas necessárias para proporcionar aos jovens perspetivas de futuro na região. (at)



Violência contra as mulheres deve ser crime europeu

Na plenária de julho, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) examinou, na presença de Cristina Fabre do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a proposta de diretiva sobre a igualdade de género e o combate à violência de género apresentada pela Comissão Europeia.

Nos últimos anos, a União Europeia acelerou os esforços no sentido de promover e generalizar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Não obstante esses esforços, a violência contra as mulheres ainda é a violação dos direitos humanos mais comum na Europa, sendo um terço das mulheres vítimas de violência.

Na declaração de abertura do debate, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou: «Na qualidade de voz da sociedade civil, o CESE preconiza uma sociedade mais igual em termos de género e uma União sem atos de violência contra as mulheres e raparigas».

Cristina Fabre, do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, mencionou o impacto económico das desigualdades: «A promoção da igualdade de género melhora a nossa economia. O PIB *per capita* pode subir de 6,9% para 9,6%, se assegurarmos a igualdade de direitos para todas as mulheres e raparigas».

José Antonio Moreno Díaz, relator do parecer sobre a recente proposta de diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, abordou a forma como a UE pode combater esta epidemia de violência contra as mulheres: «A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos, pelo que apelamos para a sua inclusão na lista de crimes da UE ao abrigo do artigo 83.º, n.º 1, do TFUE». O Comité defende que os problemas sociais não se resolvem apenas através do sistema judicial e a punição não deve ser o único meio de ação. «Temos de assegurar o acesso das vítimas aos serviços de saúde, inclusive em matéria de saúde sexual e reprodutiva», explicou a correlatora, **Ody Neisingh**, «temos de corrigir o sistema e não as mulheres».

A pedido da Presidência checa, o CESE adotou igualmente o Parecer – Igualdade de género nesta plenária. A relatora do CESE, **Milena Angelova**, afirmou que a igualdade de género exige o reconhecimento, a apropriação e o empenho constante de todos os intervenientes na sociedade. «Temos de construir uma cultura da igualdade de género duradoura, que abranja todas as fases e áreas da vida», afirmou Milena Angelova. (gb)



Novas normas sobre produtos sustentáveis: dimensão social não deve ser descurada

Na sua reunião plenária de julho, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) instou a Comissão Europeia a reforçar os aspetos sociais de várias propostas fundamentais para harmonizar as normas da UE em matéria de produtos sustentáveis, conceção ecológica e têxteis sustentáveis.

O CESE adotou vários pareceres sobre o roteiro da Comissão para os produtos sustentáveis, que inclui a Comunicação – Tornar os produtos sustentáveis a norma, a proposta de regulamento relativo à conceção ecológica e a Estratégia em prol da Sustentabilidade dos Têxteis.

As propostas fazem parte do novo Plano de Ação da UE para a Economia Circular e intensificarão os esforços para tornar a Europa menos dependente de recursos face às crises atuais, nomeadamente a pandemia de COVID-19, a guerra da Rússia contra a Ucrânia e as alterações climáticas.

No Parecer – Iniciativa relativa aos produtos sustentáveis, incluindo a revisão da Diretiva Conceção Ecológica , o CESE considera que o êxito da estratégia da UE para a economia circular depende de uma boa participação e informação dos produtores, consumidores e trabalhadores, bem como das administrações públicas.

Neste contexto, uma regulamentação clara, adequada e coerente é indispensável para uma boa aplicação da estratégia, bem como para assegurar a competitividade dos produtos sustentáveis e tornar a transição para a economia circular mais inclusiva.

Alargamento do âmbito de aplicação do novo Regulamento Conceção Ecológica

Para se efetuar a transição para a economia circular, é fundamental dispor de novos requisitos nessa matéria, nomeadamente no que diz respeito à durabilidade dos produtos, reparabilidade, reciclagem, impacto ambiental e emissões de CO_2, sendo também essencial melhorar as normas respeitantes às informações fornecidas através do passaporte digital e dos rótulos dos produtos.

No entanto, a proposta de regulamento não aborda a dimensão social. Uma mera referência à proposta da Comissão sobre a diretiva relativa ao dever de diligência das empresas afigura-se insuficiente.

Cumpre dar maior atenção aos direitos dos trabalhadores e ao trabalho infantil

No Parecer – Estratégia para os Têxteis, o CESE salienta que cumpre dar uma maior ênfase aos aspetos sociais do setor têxtil, nomeadamente aos direitos dos trabalhadores e à negociação coletiva. O CESE apela para a adoção de medidas rigorosas de proibição de relações económicas com empresas que recorram ao trabalho infantil ou não assegurem condições de trabalho dignas.

Além disso, o CESE considera que os cidadãos devem comprar e utilizar vestuário de forma responsável. Na mesma ordem de ideias, sublinha a necessidade de investimentos e programas que melhorem a capacidade dos organismos de inspeção e a capacidade operacional dos parceiros sociais para monitorizarem acordos globais e os direitos dos trabalhadores.

Por fim, para assegurar o equilíbrio entre as empresas e outros intervenientes nas cadeias de abastecimento dos têxteis, o CESE recomenda o lançamento de boas práticas de sustentabilidade a nível mundial. (ks)



Roteiro da UE para a segurança e a defesa: CESE insta Estados-Membros a agir com unidade e firmeza

Num novo parecer, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) manifesta pleno apoio aos objetivos do Roteiro sobre tecnologias críticas para a segurança e a defesa, que surge num momento especialmente oportuno face à guerra na Ucrânia.

Na reunião plenária de julho, o CESE adotou o Parecer – Roteiro sobre tecnologias críticas para a segurança e a defesa. Embora considere que as propostas da Comissão constituem, na sua globalidade, uma iniciativa de valor que permite responder a várias crises e desafios geopolíticos, o CESE salientou que a Comissão deve reforçar o investimento nas sinergias horizontais e verticais entre os Estados-Membros.

Em primeiro lugar, o CESE considera que importa adotar quanto antes uma abordagem abrangente que esbata a separação entre os domínios civil e militar e combine os níveis nacional e da UE. A invasão da Ucrânia é um sinal de alerta para a necessidade de se atuar com maior celeridade do que habitualmente.

No que diz respeito aos aspetos técnicos, o parecer recomenda que os resultados do Observatório das Tecnologias Críticas sejam integrados em roteiros. A transição entre as várias fases do ciclo tecnológico e industrial só pode ser gerida com êxito se a propriedade da iniciativa e as responsabilidades forem claras.

Ao mesmo tempo, o CESE insta os Estados-Membros a assegurarem que as suas respostas imediatas à agressão russa contra a Ucrânia estão em sintonia com o conteúdo e os objetivos do roteiro, que constitui um empreendimento a longo prazo. Os investimentos nacionais a curto prazo no domínio da defesa devem ser coordenados a nível europeu, de modo a evitar uma maior fragmentação e duplicação.

O CESE propõe também a criação de um balcão único em linha para PME e empresas em fase de arranque, um «ponto PME da UE» em linha, que ofereça às empresas a possibilidade de introduzir dados predeterminados e receber em troca informações personalizadas sobre o(s) programa(s) da UE mais adequado(s) que poderá(ão) prestar apoio. (ks)



Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA deve aproveitar dinâmica atual para liderar no comércio, tecnologia e inovação

Na sua reunião plenária de julho, o CESE defendeu que um novo Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT) pode constituir um instrumento inovador que permitirá à UE e aos EUA trabalhar em conjunto em prol de um mundo mais seguro e mais próspero, assente nos princípios do desenvolvimento sustentável e dos valores democráticos. O CCT assume a forma de um processo participativo e, enquanto tal, tem de demonstrar a sua transparência e a forte participação da sociedade civil e das partes interessadas.

O CESE destaca as prioridades do CCT no seu Parecer de iniciativa – O novo Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA em ação: prioridades para as empresas, os trabalhadores e os consumidores e salvaguardas necessárias.

Christa Schweng, presidente do CESE, afirmou que «o Conselho de Comércio e Tecnologia é uma nova forma de cooperação. O seu objetivo principal deve ser examinar formas de o comércio e a tecnologia reforçarem o bem-estar das nossas sociedades. A sociedade civil organizada dos dois lados do Atlântico deve ter um papel importante no âmbito do CCT».

Timo Vuori, membro do CESE e relator do parecer, declarou que «o CCT UE-EUA tem de, a curto e a longo prazo, apresentar soluções para melhorar a conjuntura comercial bilateral e internacional. Caso contrário, a dinâmica do CCT pode perder fôlego».

A UE e os EUA continuam a ter a relação económica bilateral mais integrada do mundo, equivalente a metade do PIB mundial e um terço das trocas comerciais mundiais.

O economista e escritor Fredrik Erixon, convidado a intervir na reunião plenária, explicou que tal iniciativa constituía uma nova oportunidade para os dois parceiros exercerem influência sobre a economia mundial, ao manterem-se unidos e procurarem parcerias com países que partilham os seus valores económicos e políticos fundamentais.



Uma tributação uniforme da economia digital para um mercado interno mais forte

Num parecer exploratório, o CESE reitera a importância de uma legislação europeia coordenada que estabeleça taxas de imposto para as empresas de serviços digitais. Tal assegurará um clima empresarial favorável ao crescimento e beneficiará o mercado interno, evitando simultaneamente as lacunas que seriam criadas por iniciativas nacionais separadas. O parecer do Comité, elaborado a pedido da Presidência checa do Conselho da União

Europeia, afirma que quaisquer novas regras devem evitar a dupla tributação e minimizar os custos de conformidade para as empresas.

Embora a UE possa desempenhar um papel de liderança na definição das regras de tributação da economia digital, deve respeitar também o acordo internacional alcançado a nível da OCDE e do G20. A este respeito, o relator do parecer, **Benjamin Rizzo,** afirmou o seguinte: «Tanto o pilar 1 como o pilar 2 do Quadro Inclusivo da OCDE relativo à erosão da base tributável e à transferência de lucros devem ser aplicados na UE logo que tal seja viável. Essa aplicação contribuirá para alcançar um elevado grau de coerência com o acordo internacional que será negociado pela OCDE e pelo G20». O correlator, **Petru Dandea**, acrescentou: «O CESE sublinha que a conceção adequada de legislação fiscal internacional aplicável às empresas digitais é fundamental para evitar práticas de evasão e elisão fiscais, bem como para conceber um regime fiscal justo, estável e progressivo.» (tk)



Urge atualizar e simplificar as regras de tributação relativas ao teletrabalho transfronteiriço

Como devem os salários e os lucros das empresas ser tributados de forma a responder às necessidades atuais do mundo do trabalho? Num parecer adotado na reunião plenária de julho, o CESE trata este desafio, ao mesmo tempo que saúda e incentiva o aumento do teletrabalho. Deve existir um conjunto de regras atualizado e fácil de cumprir que evite a tributação múltipla ou a não tributação involuntária dos trabalhadores e dos empregadores na Europa pelo trabalho a partir do estrangeiro.

«Vivemos num mundo novo, em que as pessoas querem trabalhar de forma diferente. O CESE apoia plenamente um trabalho mais flexível e as situações de teletrabalho transfronteiriço», afirma o relator, **Krister Andersson**. «No entanto, este novo paradigma também coloca sérios desafios aos sistemas de tributação internacionais e a um mercado único europeu eficiente.» Entre outras medidas, o CESE propõe a criação de um balcão único a nível europeu, semelhante ao existente no domínio do IVA. Um empregador declararia o número de dias que os teletrabalhadores cumpriram no seu país de residência e no país onde o empregador se encontra estabelecido. Munidas dessa informação, as autoridades tributárias poderiam avaliar em que país os rendimentos seriam tributáveis ou que parte dos rendimentos seria tributável em cada país. **Krister Andersson** salienta que «este sistema permitiria aos trabalhadores e aos empregadores reduzir os litígios fiscais entre os Estados-Membros e, simultaneamente, ajudaria a assegurar que os impostos são cobrados corretamente sem exigir que as pessoas singulares apresentem declarações em vários países». (tk)



Transição digital tem de ser justa: direitos humanos e controlo por humanos devem manter-se no seu cerne

Muitos europeus ainda não possuem literacia digital, e a maioria das administrações nacionais ainda não implantou soluções digitais. A subordinação do acesso dos cidadãos a determinados serviços de interesse geral à posse de uma identificação digital poderia conduzir a uma situação de perda para ambas as partes: um número significativo de cidadãos europeus poderia ver negado o seu direito de acesso a tais serviços.

O parecer do CESE, adotado na plenária de julho e elaborado por **Dumitru Fornea**, lança o alerta. Os novos instrumentos de governação introduzidos no âmbito da revolução digital e industrial não podem ser opressivos nem condicionar as vidas quotidianas das pessoas à sua adesão a sistemas tecnológicos digitais controlados de forma não democrática.

«As vantagens das soluções tecnológicas digitais são óbvias», declarou **Dumitru Fornea**. «No entanto, a sua implantação rápida, em especial no âmbito dos serviços de interesse geral, como a identidade digital, pode implicar a exclusão de um número significativo de cidadãos europeus. Temos de garantir que os seres humanos continuam a ter a última palavra, com controlo democrático e a participação das organizações da sociedade civil.»

Segundo o CESE, as soluções de tecnologia digital, como a identidade digital, os meios de pagamento digitais e a incorporação em plataformas de realidade virtual e aumentada, devem continuar a ser ferramentas complementares e não devem substituir de forma completa e injusta outras práticas que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos seres humanos ao longo de milhares de anos.

O CESE foi a primeira instituição europeia a apelar à «detenção do controlo por humanos» no âmbito dos sistemas de IA e reafirma que é fundamental que os seres humanos tenham a última palavra e controlem totalmente os processos de decisão quando estão em causa desenvolvimentos relacionados com a automatização. (mp)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade: monstro burocrático ou instrumento útil?

Por Antje Gerstein, membro do Grupo dos Empregadores do CESE

Em 23 de fevereiro, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta de diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, que define um quadro obrigatório para as empresas identificarem e atenuarem os efeitos negativos em matéria de direitos humanos e ambientais na sua própria organização, bem como em toda a sua cadeia de valor.

Infelizmente, a proposta, na sua forma atual, não produz os resultados ambicionados. É importante notar que o próprio Comité de Controlo da Regulamentação da Comissão assinalou lacunas graves na avaliação de impacto, designadamente o facto de a descrição do problema ser vaga e a necessidade de tornar o relatório mais consentâneo com outras iniciativas.

Os colegisladores devem procurar afastar-se de disposições que se limitam a impor obrigações e, em vez disso, optar por uma abordagem mais orientada para os processos, assente no empenho e no reforço da confiança. Tal significa que as empresas devem conceber os seus processos de dever de diligência em matéria de direitos humanos em função dos riscos e proporcionalmente ao respetivo impacto real e potencial.

Uma vez que necessitam de segurança jurídica e têm de minimizar os riscos relacionados com a responsabilidade, as empresas podem sentir-se forçadas a encurtar as cadeias de abastecimento e a retirar-se de regiões confrontadas com situações potencialmente problemáticas em matéria de direitos humanos. Tal poderá ter consequências graves, dado que o comércio mundial seria prejudicado e muitos trabalhadores dos países em desenvolvimento ou emergentes perderiam os seus postos de trabalho.

O parecer do Comité de Controlo da Regulamentação e o Parecer do CESE – Governação sustentável das empresas (INT/973) salientam ambos a necessidade de coerência regulamentar e política. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as orientações da OCDE constituem os critérios de referência que definem claramente os deveres e as responsabilidades de todos os intervenientes, e devemos cumpri-los.

O Parlamento Europeu e o Conselho da UE têm de decidir se querem criar uma abordagem construtiva para cadeias de valor mundiais sustentáveis, assente em parcerias, orientada para o futuro e focada na obtenção de resultados e no mundo real, ou garantir um melhor alinhamento das iniciativas paralelas relacionadas com produtos. Se for este o caso, há ainda muito a fazer. Podemos assegurar aos colegisladores que os empregadores estão empenhados em fazer tudo ao seu alcance para garantir um bom resultado. A diretiva em causa diz respeito à atividade principal dos nossos membros. Não temos outra alternativa senão ser bem-sucedidos.

O texto consta na íntegra do boletim informativo do Grupo dos Empregadores: https://europa.eu/!vYX7Wq



Inverno, gás e aquecimento

Pelo Grupo dos Trabalhadores

A Europa encontra-se numa situação difícil após muitos anos de negligência e de otimismo infundado em questões energéticas. O frio deste inverno afigura-se particularmente ameaçador, devido ao encerramento de instalações nucleares que foram, na sua maioria, substituídas por instalações a gás ou a carvão (com mais algumas dezenas de milhares de mortes prematuras por ano), à dependência do gás natural enquanto alternativa fácil e barata (e, mais recentemente, também ecológica) e à falta de preparação do mercado da energia para responder a crises ou fornecer quantidades elevadas de energia de fontes renováveis.

Estes fatores, agravados pela invasão da Ucrânia pela Rússia, fizeram disparar os preços dos transportes e da energia. A par do aumento dos preços de muitos produtos alimentares básicos, devido a perturbações na cadeia alimentar mundial, a inflação atingiu níveis que não se verificavam há décadas. O forte aumento dos preços afeta, em primeiro lugar, as populações mais vulneráveis que já não tinham margem para suportar aumentos dos custos da energia, dos transportes e dos alimentos, para não falar do risco real de fome que paira sobre as populações de outras regiões do mundo onde aumentar as despesas é uma impossibilidade aritmética.

Num contexto em que as nossas empresas lutam pela sobrevivência, devido aos aumentos acentuados dos custos, e em que os cidadãos e os trabalhadores não sabem se poderão ligar o aquecimento no inverno, a iniciativa REPowerEU e a iniciativa relativa à reforma do mercado da energia constituem uma ajuda positiva. As transições ecológica e justa tornaram-se não só uma necessidade climática, mas também uma necessidade social e geopolítica. Se não forem tomadas medidas decisivas para abandonar os combustíveis fósseis, os nossos sistemas políticos provavelmente desmoronar-se-ão muito antes de alcançarmos quaisquer metas climáticas. (prp)



Voluntários: elementos essenciais das sociedades europeias

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

As atividades de voluntariado formais e informais levadas a cabo durante a pandemia de COVID-19 e a assistência prestada aos refugiados ucranianos mostraram uma vez mais o contributo vital e abrangente do voluntariado para a sociedade. O voluntariado desempenha um papel fundamental na criação de capital social, gerando inclusão e coesão social. É também uma importante fonte de crescimento pessoal e o exemplo mais visível de participação cívica e cidadania ativa.

Na conferência sobre o tema «**Voluntários – Cidadãos que constroem o futuro da Europa**», realizada em Gdansk (Polónia), em 7 de julho de 2022, os participantes apelaram, por isso, entre outras coisas, para:

- o reforço da sensibilização da sociedade para o contributo do voluntariado nas sociedades europeias, por exemplo, disponibilizando e partilhando modelos e dados fiáveis que calculem o contributo económico do voluntariado, assim como o seu contributo para além do PIB;
- a adoção de políticas e/ou de quadros jurídicos e regulamentares propícios a esta atividade, a formular especificamente para cada país, em consulta direta com as organizações da sociedade civil;
- a concessão de financiamento sustentável estruturado e a prestação de apoio através de infraestruturas adequadas e seguras de voluntariado;
- o regresso do voluntariado às prioridades da agenda política europeia, por exemplo, mediante o desenvolvimento e o apoio ativo a um programa de voluntariado mais abrangente à escala europeia, a criação de um sítio Web sobre o voluntariado ao nível da UE e a proclamação de 2025 como Ano Europeu dos Voluntários.

A conferência foi organizada pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, em associação com vários parceiros locais e europeus. Reuniu voluntários, investigadores, representantes de organizações da sociedade civil nacionais e europeias e poderes públicos, a fim de debater e partilhar experiências sobre as tendências do voluntariado na UE, o apoio dos poderes públicos a organizações e voluntários e as novas formas de voluntariado.

As conclusões e recomendações integrais da conferência estão disponíveis em: https://europa.eu/!KC4tFR.

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Agata Berdys (ab)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

10/2022